

n.º 1 do Artigo 7.º do Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro).

(k) Por ser titular de alvará de farmácia ou sócio de sociedade titular de alvará de farmácia.

(l) Por ter apresentado a sua candidatura, para lá do prazo legal de 30 dias a contar da data da publicação do aviso.

(m) Por não ter suprido, no prazo de 10 dias úteis após a sua notificação, os elementos em falta, que implicavam a exclusão do concurso.

(n) A farmácia está a solicitar a transferência antes de decorrido o período de cinco anos contado a partir da data de emissão do alvará para o local onde actualmente se encontra.

5 de Novembro de 2008. — O Presidente do Júri, *Hélder Mota Filipe*.

Aviso n.º 27282/2008

Torna-se pública a lista dos candidatos admitidos e excluídos do concurso público para a instalação de uma nova farmácia na Área Urbana da Cidade de Castelo Branco, freguesia de Castelo Branco, concelho de Castelo Branco, distrito de Castelo Branco, cujo Aviso de abertura número 5045/2005 (2.ª série), foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, encontrando-se igualmente a presente lista disponível para consulta no sítio internet do Infarmed, I.P., em www.infarmed.pt.

Candidato(s) Admitido(s):

Ana Isabel Pernadas Lages Morgado Duarte.
Cândida Ascensão Teixeira Tomaz.
Farmácia Dias, de Cecília Marcelo da Silva Dias.
Farmácia Salavessa Ferreira, de Fernanda Paula Salavessa Russell Ferreira.
Maria de Fátima Batista Cabarrão.
Maria de Lourdes de Oliveira Pinto Cabaço.
Maria Idalina Marques Freire.
Maria Rita Fernandes Morais Martins Gardete.
Rui Luciano de Matos e Lopes.
Sandra Isabel da Silva Queimado.
Sofia Margarida dos Santos Ferreira de Jesus.
Sónia Margarida Alves Martins.
Sónia Maria Vidal da Silva.
Candidato(s) Excluído(s):
Adosinda Jesuina Francisco Rodrigues Pires dos Santos (k).
Armando Lourenço Nunes Fernandes (k).
Maria do Carmo Duarte Gonçalves (e) (f).
Maria Eduarda Alves Pimenta Fernandes (g).

(a) Requerimento não entregue ou não assinado (Código do Procedimento Administrativo).

(b) Não entregou Certidão do Diploma de Curso original, autenticada e ou válida.

(c) Não entregou Certificado de Registo Criminal original, autenticado, e ou válido.

(d) Não entregou Declaração comprovativa da inscrição na Ordem dos Farmacêuticos original, autenticada e ou válida.

(e) Não entregou fotocópia do Cartão de Contribuinte autenticada e ou válida.

(f) Não entregou fotocópia de Bilhete de Identidade autenticada e ou válida.

(g) Por obtenção de alvará há menos de 10 anos nos termos do n.º 1 da Base IX da Lei n.º 2125, de 20 de Março de 1965, e n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 48547, de 27 de Agosto de 1968.

(h) Por concorrer a mais de dois concursos, dentro de um período de 12 meses.

(i) Por desistência.

(j) Não entregou Escritura Pública de Constituição de Sociedade, original, autenticada e ou válida, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do Artigo 7.º do Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro).

(k) Por ser titular de alvará de farmácia ou sócio de sociedade titular de alvará de farmácia.

(l) Por ter apresentado a sua candidatura, para lá do prazo legal de 30 dias a contar da data da publicação do aviso.

(m) Por não ter suprido, no prazo de 10 dias úteis após a sua notificação, os elementos em falta, que implicavam a exclusão do concurso.

(n) A farmácia está a solicitar a transferência antes de decorrido o período de cinco anos contado a partir da data de emissão do alvará para o local onde actualmente se encontra.

5 de Novembro de 2008. — O Presidente do Júri, *Hélder Mota Filipe*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 29398/2008

A melhoria das condições de ensino e aprendizagem da língua portuguesa e a valorização das competências dos professores desta área disciplinar constituem objectivos prioritários da política educativa do XVII Governo Constitucional.

O Ministério da Educação decidiu, para tal, e em articulação com as escolas de 1.º ciclo e os agrupamentos escolares e com os estabelecimentos de ensino superior com responsabilidades na formação inicial de professores, desenvolver um programa nacional de ensino do português destinado aos professores de 1.º ciclo.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — Mantém-se em vigor, dando-se continuidade ao Programa Nacional de Ensino do Português no 1.º Ciclo do Ensino Básico, adiante designado por PNEP, criado através do despacho n.º 546/2007, que contempla uma vertente de formação em rede regida por três grandes princípios:

a) A formação dos professores é centrada na escola ou no agrupamento de escolas, exigindo a adesão voluntária da escola/agrupamento;

b) A formação dos professores visa a utilização de metodologias sistemáticas e estratégias explícitas de ensino da língua na sala de aula;

c) A formação dos professores é regulada por processos de avaliação das aprendizagens dos alunos, ao nível individual, da classe e da escola.

2 — É objectivo central do PNEP melhorar os níveis de compreensão de leitura e de expressão oral e escrita em todas as escolas do 1.º ciclo, num período entre quatro a oito anos, através da modificação das práticas docentes do ensino da língua.

3 — As actividades a desenvolver no quadro do PNEP revestem a forma de acções de formação e de acompanhamento de professores do 1.º ciclo.

4 — A formação é dinamizada por formadores residentes que integram os núcleos regionais de formação sediados nas escolas superiores de educação (ESE) e universidades que desenvolvam formação inicial de professores do 1.º ciclo.

5 — Os formadores residentes são docentes propostos pelos agrupamentos que recebem formação específica no núcleo regional de pertença antes e após iniciarem a função de formador no seu próprio agrupamento.

6 — A coordenação e supervisão regional da formação é da responsabilidade de cada núcleo regional que articula com a Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento.

7 — A formação, num total não inferior a setenta e uma horas presenciais por ano por formando, integra oficinas temáticas, organizadas em sessões regionais e sessões de formação em grupo, e sessões tutoriais de acompanhamento na sala de aula e sessões plenárias regionais.

8 — As oficinas temáticas (trinta horas anuais), dinamizadas pelo formador residente e programadas no núcleo de formação, destinam-se à actualização científica e ao sucessivo aprofundamento de temas didácticos e à exploração de materiais didácticos e de avaliação; nelas participam todos os docentes em formação na escola/agrupamento.

9 — As sessões tutoriais (trinta e cinco horas anuais), individuais e orientadas pelo formador residente, visam o apoio directo ao docente na actividade lectiva do ensino da língua à respectiva turma.

10 — As sessões plenárias regionais (seis horas anuais) são sessões de aprofundamento dinamizadas pela ESE/universidade da região com todos os formandos do núcleo regional.

11 — Após a formação, objecto de avaliação, é atribuído um diploma de formação em Ensino do Português, passível de creditação em unidades de crédito (ECTS) em cursos de pós-graduação.

12 — A formação de novos formadores residentes ocorrerá em cada ano lectivo até estar coberta a totalidade dos agrupamentos de escolas.

13 — As actividades referidas no n.º 4 são financiadas pelo Ministério da Educação, através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

14 — O PNEP é executado e promovido através de protocolos a celebrar entre o Ministério da Educação e os estabelecimentos de ensino superior, em conformidade com o presente despacho.

15 — No quadro dos protocolos a celebrar, o Ministério da Educação assegura:

a) A articulação com as direcções regionais de educação (DRE) e com as escolas e os agrupamentos;

b) O financiamento, através do QREN, da execução das acções a prever nos protocolos;

c) A manutenção de um sítio na Internet para disponibilização de conteúdos produzidos no âmbito do Programa, em articulação com a Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento.

16 — Os estabelecimentos de ensino superior asseguram, no quadro dos referidos protocolos:

a) A nomeação de um coordenador institucional do Programa, com formação e experiência nos domínios da leitura ou da escrita, que constituirá o grupo de formadores, seleccionados de acordo com os critérios definidos nacionalmente, que ficarão responsáveis pela formação e acompanhamento dos professores residentes;

b) A definição da área de intervenção, identificando as escolas do 1.º ciclo do ensino básico que farão parte da rede de escolas do estabelecimento, em articulação com as DRE e com os conselhos executivos dos agrupamentos de escolas;

c) O envio à Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento e ao Ministério da Educação, para homologação, do plano das acções a realizar, explicitando, nomeadamente:

i) O número de acções de acompanhamento a efectuar;

ii) O calendário e a data de início das mesmas;

iii) O resumo do conteúdo das acções;

iv) A composição da equipa de formação;

v) A estratégia de envolvimento dos municípios, da DRE, das escolas e agrupamentos, das associações de pais ou de professores, dos centros de formação das associações de escolas e de outras entidades que, em razão da matéria, seja oportuno associar ao Programa;

d) A realização, nos termos definidos pela Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento do Programa, das sessões de tipologia diversa definidas nos n.ºs 7 e 8;

e) A atribuição de um diploma de frequência e aproveitamento aos professores do 1.º ciclo do ensino básico, nos termos e em conformidade com o modelo a definir pela Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento do Programa e a homologar pelo Ministério da Educação;

f) A colaboração e informação solicitada pelo Ministério da Educação, pela Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento do Programa e pela comissão de avaliação do Programa a que se refere o n.º 24;

g) A apresentação ao Ministério da Educação dos relatórios de progresso e do relatório final.

17 — É renovado por dois anos o mandato da Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento.

18 — Compete à Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento, no âmbito do Programa Nacional de Ensino do Português no 1.º Ciclo:

a) Conceber e acompanhar o programa de formação;

b) Definir os conteúdos e as metodologias para operacionalização da formação;

c) Promover a articulação com todas as escolas de formação envolvidas no Programa;

d) Acompanhar nacionalmente a implementação das medidas, ajustando-as aos resultados;

e) Construir e divulgar brochuras e outros materiais, em suporte de papel e online, que funcionem como organizadores da formação e da actividade do ensino da língua no 1.º ciclo;

f) Divulgar bibliografia útil para a formação de professores;

g) Definir critérios nacionais para a selecção dos formadores residentes;

h) Disponibilizar meios de formação para os formadores residentes sobre domínios necessários à implementação do Programa;

i) Desenvolver e alimentar uma plataforma de comunicação via RCTS, que difunda directivas e materiais, acessível a todas as escolas e agrupamentos de escolas;

j) Construir e divulgar materiais didácticos, em suporte de papel e online para os professores e para os alunos;

k) Recolher e seleccionar os materiais produzidos pelas escolas de formação e divulgá-los na RCTS, sempre que a qualidade o justificar;

l) Articular com serviços, programas e projectos de âmbito nacional, nomeadamente, com o Plano Nacional de Leitura, com a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), com a Rede das Bibliotecas Escolares e com o Gabinete de Avaliação Educacional.

19 — A Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento é constituída por:

a) Inês Sim-Sim, professora-coordenadora da ESE de Lisboa, que coordenará;

b) Inês Duarte, professora catedrática da Faculdade de Letras de Lisboa;

c) Clara Ferrão, professora-coordenadora da ESE de Santarém;

d) Luís Filipe Barbeiro, professor-coordenador da ESE de Leiria;

e) Adriana Baptista, professora-coordenadora da ESE do Porto;

f) Fernanda Leopoldina Viana, professora associada da Universidade do Minho;

g) Maria Luísa Álvares Pereira, professora auxiliar da Universidade de Aveiro;

h) Maria João Freitas, professora auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa;

i) Fernanda Gonçalves, professora auxiliar da Universidade de Évora;

j) Lucília Salgado, professora-adjunta da ESE de Coimbra;

k) Paula Guerreiro, equiparada a professora-adjunta da ESE de Portalegre.

20 — A Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento deve apresentar ao Ministério da Educação:

a) Até 30 de Julho de 2009, um primeiro relatório de progresso;

b) Até 30 de Julho de 2010, um relatório final;

21 — O Ministério da Educação assegura a colaboração necessária ao cumprimento dos objectivos estabelecidos para a Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento no n.º 20 do presente despacho, sendo o apoio técnico e logístico à Comissão assegurado pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, devendo esta inscrever no seu orçamento as respectivas verbas.

22 — A avaliação final da execução dos protocolos a celebrar será promovida pela comissão de avaliação do Programa, a criar por despacho do Ministro da Educação, que determinará a respectiva composição e o modo de funcionamento.

23 — Os termos de referência da avaliação referida no número anterior serão definidos após consulta dos estabelecimentos de ensino superior em causa.

24 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

5 de Novembro de 2008. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Agrupamento Vertical de Escolas António Correia de Oliveira

Aviso n.º 27283/2008

Nos termos dos artigos 93.º a 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do ECD, faz-se público que se encontra afixada na sala dos professores da Escola E.B. 2,3 António Correia de Oliveira a lista de antiguidade de todo o pessoal docente afecto a este Agrupamento, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para efeitos de reclamação.

7 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Albino Casado Neiva*.

Escola Secundária/3 António Nobre

Aviso (extracto) n.º 27284/2008

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e da Circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, avisa-se o pessoal docente desta Escola de que se encontra afixada na sala dos professores, a lista de antiguidade do pessoal docente, relativa a 31 de Agosto de 2008.

Da referida lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o estipulado no artigo 96 do Decreto-Lei acima citado.

7 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Fernando Ferrão Filipe*.



PLANO NACIONAL DE LEITURA

RELATÓRIO SÍNTESE

O Plano Nacional de Leitura que tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus, é assumido como uma prioridade política.

À semelhança do que tem acontecido nos países que lançaram iniciativas análogas, espera-se que venha também a ser assumido como um desígnio nacional.

Sumário Executivo

O Plano Nacional de Leitura é uma iniciativa do Governo da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Constitui uma resposta institucional à preocupação pelos níveis de literacia da população em geral e em particular dos jovens, significativamente inferiores à média europeia.

Concretiza-se num conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população escolar.

Adopta uma estratégia faseada, devendo abranger os diferentes sectores da população. Para cada fase, de cinco anos, são identificados públicos alvo privilegiados.

Será tecnicamente fundamentado por um conjunto de estudos que irão permitir: operacionalizar metas, criar instrumentos de avaliação, monitorizar programas e avaliar a eficácia das diferentes acções

Os programas nucleares são os seguintes:

- Promoção da leitura diária em Jardins-de-infância e Escolas de 1º e 2º Ciclos nas salas de aula

- Promoção da leitura em contexto familiar
- Promoção da leitura em bibliotecas públicas e noutros contextos sociais
- Lançamento de campanhas de sensibilização da opinião pública, de programas de informação e recreativos centrados no livro e na leitura através dos órgãos de comunicação social.

Para assegurar a comunicação dos programas e a interacção de escolas, bibliotecas e outras entidades envolvidas, o Plano dispõe de um site, com orientações de leitura para cada idade e instrumentos metodológicos destinados a educadores, professores, pais, bibliotecários, mediadores e animadores e eventuais voluntários. Serão também disponibilizadas acções de formação presenciais e on-line dirigidas a educadores, professores, mediadores, voluntários.

Deverão envolver-se parceiros, mecenas e patrocinadores, cujo contributo se considera essencial à criação de um ambiente social mais favorável ao alargamento de hábitos culturais na área do livro e da leitura.

Também é desejável que surjam livremente múltiplas e variadas iniciativas, de âmbito local, regional, nacional, levadas a cabo por organizações da sociedade civil, por profissionais e por voluntários.

O impacto do Plano Nacional de Leitura será tanto maior, quanto mais vier a ser encarado como um projecto colectivo, cujo sucesso depende da intervenção de todos e de cada um.

1. Justificação

Os resultados globais de estudos nacionais e internacionais realizados nas últimas duas décadas demonstram que, no que respeita ao domínio da leitura, a situação de Portugal é grave, revelando baixos níveis de literacia, tanto na população adulta, como entre crianças e jovens em idade escolar.

Entre os estudos mais recentes, conta-se o PISA (*Programme for International Student Assessment*), lançado pela OCDE em 1997 para medir a capacidade dos jovens de 15 anos usarem conhecimentos na vida real. Os resultados relativos a avaliação de níveis de leitura (*literacia de leitura*), revelam que Portugal se encontra numa situação muito desfavorável. Os primeiros elementos, publicados em 2000, colocaram 48% dos jovens portugueses nos patamares inferiores (1 ou 2) de uma escala de 5 níveis. E entre a primeira apresentação de resultados e a seguinte, em 2003, não se detectou evolução positiva. Também os resultados das provas de aferição, realizadas no final do 1º ciclo, tomaram evidente que a maioria das crianças faz a transição para o 2º ciclo sem ter adquirido competências básicas no domínio da leitura e da escrita.

Apesar do investimento da escola e das bibliotecas que, nas últimas décadas, têm vindo a desenvolver múltiplas actividades destinadas a cultivar o interesse pelo livro e o prazer de ler, a situação mantém-se preocupante. Para a alterar, toma-se urgente compreender as razões mais profundas do problema e encontrar o rumo que permita ultrapassá-lo.

O Plano Nacional de Leitura propõe-se criar condições para que os portugueses alcancem níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência, desfrutar as grandes obras da Literatura.

2. Objectivos do Plano Nacional de Leitura

- Promover a leitura, assumindo-a como factor de desenvolvimento individual e de progresso colectivo
- Criar um ambiente social favorável à leitura
- Inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras actividades que estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos
- Criar instrumentos que permitam definir metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento da leitura
- Enriquecer as competências dos actores sociais, desenvolvendo a acção de professores e de mediadores de leitura, formais e informais
- Consolidar e ampliar o papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no desenvolvimento de hábitos de leitura
- Atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia.

3. Linhas de Estratégia

Alargar e diversificar as acções promotoras de leitura em contexto escolar, na família e em outros contextos sociais

- Lançar programas de promoção da leitura para os diferentes sectores dos públicos-alvo
- Estimular nas crianças e jovens o prazer de ler, intensificando o contacto com o livro e a leitura na escola, designadamente nas salas de aula, nas bibliotecas e na família
- Criar oportunidades de leitura para as crianças, jovens e adultos que requerem meios especiais de leitura
- Reforçar a promoção da leitura em espaços convencionais de leitura, designadamente nas bibliotecas públicas
- Criar oportunidades de leitura e contacto com os livros em espaços não convencionais de leitura.

Contribuir para criar um ambiente social favorável à leitura

- Disponibilizar informação, alargar o conhecimento e o debate público sobre as questões da leitura e da literacia
- Mobilizar a comunidade literária, a comunidade científica e os órgãos de comunicação para a questão da leitura e para os objectivos do Plano
- Reforçar a cooperação e a conjugação de esforços entre a escola, a família, as bibliotecas e outras organizações sociais

- Valorizar, tornar visível e apoiar o esforço de profissionais e instituições com intervenção na área da leitura
- Estabelecer parcerias e procurar desenvolver acções concertadas, mobilizando entidades públicas e privadas

Assegurar formação e instrumentos de apoio

- Definir parâmetros para a formação de educadores, professores e mediadores de leitura de acordo com os princípios do Plano Nacional de Leitura
- Facultar instrumentos, conteúdos e metodologias orientadoras da formação de professores e mediadores de leitura
- Disponibilizar orientação e apoio directo e *on-line* a práticas promotoras de leitura na escola, na biblioteca escolar, na família, na biblioteca pública e noutros contextos culturais
- Mobilizar instituições de formação para ampliarem a oferta na área da leitura
- Coordenar e divulgar acções de formação para mediadores de leitura, organizadas por diferentes instituições

Inventariar e otimizar recursos e competências

- Inventariar, descrever e divulgar programas, iniciativas e experiências que têm contribuído para criar hábitos de leitura
- Ter em conta os resultados da experiência nacional e as experiências de outros países na organização de novas iniciativas
- Proporcionar às escolas, livros e outros recursos de informação
- Recorrer às novas tecnologias de comunicação para promover o acesso ao livro, estimular a diversificação das actividades de leitura e a informação sobre livros e autores
- Angariar e otimizar financiamentos e co-financiamentos

Criar e manter um sistema de informação e avaliação

- Inventariar e divulgar os resultados de investigação já realizada e as iniciativas bem sucedidas, tanto em Portugal como noutros países
- Disponibilizar informação actualizada sobre literacia e hábitos de leitura dos portugueses
- Criar modelos de avaliação que permitam efectuar balanços de situação
- Criar instrumentos de avaliação utilizáveis em contexto escolar que permitam aos docentes dos vários níveis de escolaridade monitorizar o desenvolvimento da leitura e da escrita dos seus alunos
- Avaliar políticas e acções a desenvolver no âmbito do Plano Nacional de Leitura

4. Públicos-alvo/ Áreas de Intervenção

	Público-Alvo	Nº aprox.	Áreas de Intervenção	Nº aprox.
Prioritário (1ª fase)	Crianças	250 mil	Jardins de infância	6.500
	Pré-Escolar		Escolas	8.000
	Alunos	700 mil	Bibliotecas Escolares	1300
	Ensino Básico		Famílias Bibliotecas Públicas	
Responsáveis pela Educação das Crianças	Educadores	15 mil	Instituições de Formação	
	Professores	70 mil		
	Pais e Encarregados de Educação		Bibliotecas Públicas	
	Bibliotecários		Net	
	Mediadores e Animadores			
Outros segmentos do público, do público escolar e não escolar, de diferentes grupos etários			Escolas/ Bibliotecas Escolares/Famílias/ATLs Bibliotecas Públicas Instituições culturais - teatros, museus (v. g.) Instituições de solidariedade social Hospitais, transportes públicos, prisões (v.g.) Meios de Comunicação Social	

O Plano Nacional de Leitura deverá lançar medidas que abranjam os vários sectores da população desde a primeira infância até à idade adulta.

No entanto, os estudos demonstram que as competências básicas ou se adquirem precocemente, nas primeiras etapas da vida, ou dão lugar a dificuldades que progressivamente se acumulam, se multiplicam e transformam em obstáculos quase intransponíveis.

Este pressuposto aconselha que, na primeira fase, se eleja como público-alvo prioritário as crianças em educação pré-escolar e os primeiros seis anos do ensino básico.

Para se atingirem as crianças e os jovens é indispensável mobilizar os principais responsáveis pela sua educação, por este motivo considera-se também como público-alvo privilegiado educadores e professores, pais e encarregados de educação, bibliotecários, mediadores e animadores de leitura.

5. Fases

O Plano desdobra-se em duas fases de 5 anos cada. A primeira inicia-se em Setembro de 2006 e engloba:

- Programas de intervenção e de formação
- Apoio / Divulgação de Projectos promovidos por outras entidades (públicas, da sociedade civil e privadas)

- Um plano de comunicação
- Estudos e avaliação do Plano Nacional de Leitura

A partir da conclusão e divulgação dos resultados dos estudos a realizar no decurso da primeira fase, incluindo a avaliação dos diferentes programas, poderá passar-se a uma nova etapa em que haverá lugar à definição de novas metas, novos estudos, novos programas.

6. Programas

- Programas de incentivo e promoção da leitura:
 - em contextos escolares
 - salas de aula
 - bibliotecas escolares
 - no contexto das bibliotecas públicas e outros espaços da comunidade
 - em contexto familiar/em tempo livre
 - em contextos não convencionais de leitura
 - Projectos experimentais de promoção da leitura
 - Apoio a iniciativas de outras instituições – públicas, privadas e da sociedade civil

Programas em contextos escolares

ESCOLAS

Públicos prioritários

Programas de promoção da leitura

Lançamento 2006-2007

Áreas de Intervenção	Nome do programa	Actividades	Apoio
Jardim-de-infância	<i>Está na hora dos Livros</i>	Leitura diária na aula	Recomendação de listas de livros organizadas por níveis de dificuldade
Escolas	<i>Está na Hora da Leitura</i>	Actividades de expressão com livros	Orientações para Actividades (Site)
1º ciclo		Encontros com autores Jogos, concursos, prémios Envolvimento de Pais Feiras de livro	
Escolas	<i>Quanto mais livros melhor</i>	Um tempo lectivo por semana para leitura de livros	
2º ciclo		Encontros com autores Jogos, concursos, prémios Feiras de livro	

ESCOLAS

**Programas de promoção da leitura
Lançamento gradual a partir de 2008**

Áreas de Intervenção	Nome do programa	Actividades	Apoios
3ºCiclo/Ensino Secundário	<i>Navegar na Leitura</i>	Prémios de Leitura com apoio da Comunicação Social Tempo lectivo dedicado à realização de actividades de leitura Utilização nas aulas dos recursos disponíveis nas Bibliotecas Escolares Clubes de leitura entre pares Feiras do livro, concursos, jogos	Animadores de leitura Serviço de empréstimo domiciliário centrado na Biblioteca Escolar
Tempos Livres Alunos 3º Ciclo/Ensino Secundário	<i>Ler. com</i>	Tempo lectivo dedicado à realização de actividades de leitura Comunidades de leitores Apoio a <i>blogs</i> e <i>chat-rooms</i> sobre livros, jornais e revistas e sobre leitura	Disponibilização de apoio na Biblioteca Escolar

Programas para Contexto Familiar / Tempo Livre

FAMÍLIAS

**Públicos prioritários
Programas de promoção da leitura
Lançamento 2006-2007**

Áreas de Intervenção	Nome do programa	Actividades	Apoios
Famílias (c/ crianças no Jardim de Infância e no 1º e 2º ano)	<i>Leitura a Par</i>	Actividades de leitura entre pais e filhos Empréstimo domiciliário, centrado na Biblioteca Escolar	Listas de Livros recomendadas p/ leitura familiar, organizadas por nível de dificuldade Orientações para actividades
Famílias (c/ crianças entre o 3º o 6º ano) Tempos livres	<i>Há sempre tempo para Ler</i>	Incentivo à leitura em tempo livre Empréstimo domiciliário, centrado na Biblioteca Escolar Concursos e jogos on-line e presenciais, que tomem como base a leitura domiciliária	

Programas em contextos de Biblioteca Pública de outros Espaços da Comunidade

BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Públicos prioritários

Programas de promoção da leitura

Lançamento gradual a partir de 2007

Áreas de Intervenção	Nome do programa	Actividades	Apoios
Crianças dos 0 aos 6 anos Pais	<i>Ler antes de ler</i>	Ateliers Jogos	Animadores de Leitura
Crianças dos 6 aos 10 anos	<i>Já sei ler</i>	Actividades lúdicas de expressão Dramatizações	Recursos da Biblioteca Pública
Crianças dos 10 aos 12 anos	<i>A conquista do leitor</i>	Espectáculos centradas em livros	

BIBLIOTECAS PÚBLICAS e outros Espaços da Comunidade

Programas de promoção da leitura

Lançamento gradual a partir de 2007

Áreas de Intervenção	Nome do programa	Actividades	Apoios
Jovens dos 13 aos 18 anos	<i>Ler é um desporto</i>	Comunidades de Leitores Ateliers	Animadores/ Mediadores de Leitura
Adultos, jovens universitários jovens sem hábitos de leitura	<i>Um livro, um amigo de palavra</i>	Jogos, concursos, prémios Actividades de expressão Espectáculos centrados em livros	Recursos da Biblioteca Pública
Adultos, jovens, crianças (Hospitais, centros educativos de reinserção, centros da 3ª idade, prisões)	<i>Leitura sem fronteiras</i>	Acções para jovens portadores de deficiências motoras e para jovens portadores de deficiências visuais Lançamento de incentivos e prémios que distingam promoção de leitura	Apoio técnico e/ou financeiro
Apoio e divulgação de iniciativas de outras Instituições	(Projectos de promoção da leitura em todo o país)		

7. Apoios/ Formação

Os vários programas serão apoiados mediante:

- Disponibilização on-line de orientações para as actividades de leitura
 - Listas de obras recomendadas para leitura na sala de aula e para leitura autónoma

- Orientações para leitura orientada na sala de aula, para actividades centradas nos livros e para avaliação do progresso dos alunos
- Financiamento gradual das escolas, com o contributo de parceiros, mecenas e patrocinadores, para que adquiram conjuntos de obras adequadas às actividades da hora de leitura dos vários anos
- Formação on-line e presencial dirigida aos educadores, professores, bibliotecários, contadores de histórias, animadores, mediadores.

8. Plano de Comunicação

Destina-se a sensibilizar a opinião pública, a criar condições para um acolhimento favorável da parte dos diferentes sectores do público-alvo e da comunicação social e a mobilizar instituições, captar parceiros, mecenas e patrocinadores.

Site Plano Nacional de Leitura	Disponibilizar informação e orientações Criar uma rede nacional de informação sobre projectos e iniciativas de promoção da leitura Monitorizar a acção dos diferentes participantes
Campanha de Promoção da Leitura	Com o apoio de canais de televisão, de rádios, da imprensa nacional e regional e de Parceiros, Mecenas e Patrocinadores
Concursos e Prémios Nacionais de Leitura	

9. Estruturas

Coordenação

- Coordenação do Plano Nacional de Leitura – Comissariado sediado no Ministério da Educação - Rede de Bibliotecas Escolares
- Parceiro estratégico responsável pelos programas na área da Cultura – IPLB
- Parceiro estratégico para as iniciativas na área da Comunicação Social – ICS
- Coordenação Geral dos Estudos incluindo a Avaliação do Plano – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo – GIASE – Ministério da Educação

Acompanhamento

- Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura, constituído por personalidades convidadas para acompanhar, apreciar e apoiar a realização do Plano.
- Conselho Científico do Plano Nacional de Leitura, com carácter consultivo, constituído por especialistas convidados para apreciar os estudos realizados no âmbito do Plano

- Escritores, ilustradores e outros criadores que se disponibilizem para participar nas acções ou para tomar iniciativas
- Parceiros, Mecenias, Patrocinadores (a nível nacional, regional e local).

10. Estudos/ Avaliação do Plano Nacional de Leitura

Os estudos serão encomendados a especialistas e centros de investigação.

Ao Conselho Científico do Plano Nacional de Leitura caberá apreciar a pertinência dos domínios de investigação identificados, bem como os parâmetros definidos pelos responsáveis de cada estudo.

Estudos		Lançamento	Resultados
Sociológicos	Inquérito aos Hábitos de Leitura dos Portugueses	Julho 2006	Fev. 2007
	Inquérito aos Hábitos de Leitura da população escolar	Outubro 2006	Mai 2007
	Inquérito sobre promoção de leitura na escola	Outubro 2006	Mai 2007
	Identificação e análise de práticas nacionais e internacionais (OCDE) para promoção da leitura	Julho 2006	Out. 2006
Linguísticos	Levantamento de instrumentos de avaliação de leitura produzidos em Portugal	Julho 2006	Jan. de 2007
	Aferição de Instrumentos de Avaliação da Leitura Definição de instrumentos a criar	A partir de Janeiro de 2007	Final da 1ª fase
	Estabelecimento de níveis de referência (<i>benchmarks</i>) do desenvolvimento da leitura (do 1º ao 6º ano de escolaridade)	A partir dos resultados do estudo anterior	Final da 1ª fase
Pedagógicos	Práticas pedagógicas para o desenvolvimento da leitura e da escrita	A partir de Setembro de 2006	
Avaliação do Plano Nacional de Leitura	Execução dos programas Atitudes dos diferentes segmentos do público abrangido Impacto dos programas no desenvolvimento da leitura	A partir de Setembro de 2006	1º relatório no final do 1º ano

Isabel Alçada, coordenação

Teresa Calçada

Jorge Martins

Ana Madureira

Alexandra Lorena

Março de 2006

LIVROS DE TEMA ESPECÍFICO				
1º Ano de Escolaridade				
TÍTULO	AUTOR	ILUSTRADOR	EDITORA	ANO
Por que somos de cores diferentes	Cármén, Gil	Luís Filella	Campo das Letras	2006
Os ovos misteriosos	Luísa Ducla Soares	Manuela Bacelar	Afrontamento	1994
O menino de cor	Conto trad. Africano (adaptado)	Ale+Ale	Livros Horizonte	2007
2º Ano de Escolaridade				
TÍTULO	AUTOR	ILUSTRADOR	EDITORA	ANO
O sapo encontra um amigo	Max, Velthuijs	Max, Velthuijs	Caminho	2002
A Flor vai pescar num bote	Alves Redol	José Miguel Ribeiro	Caminho	1968
A Flor vai ver o mar	Alves Redol	José Miguel Ribeiro	Caminho	1968
3º Ano de Escolaridade				
TÍTULO	AUTOR	ILUSTRADOR	EDITORA	ANO
O Aquário	João Pedro Mésseder	Gémeo Luís	Deriva	2004
Contos da Selva	Horácio Quiroga	Carlos Clémen	Vega	1918
A ovelhinha preta	Elisabeth Shaw	Elisabeth Shaw	Caminho	1997
4º Ano de Escolaridade				
TÍTULO	AUTOR	ILUSTRADOR	EDITORA	ANO
Ynari: a menina das cinco tranças	Ondjaki	Danuta Wojciechowska	Caminho	2004
O Elefante cor-de-rosa	Luísa Dacosta	Armando Alves	Asa	1974
A viagem de Djuku	Alain Corbel	Éric Lambé	Caminho	2003



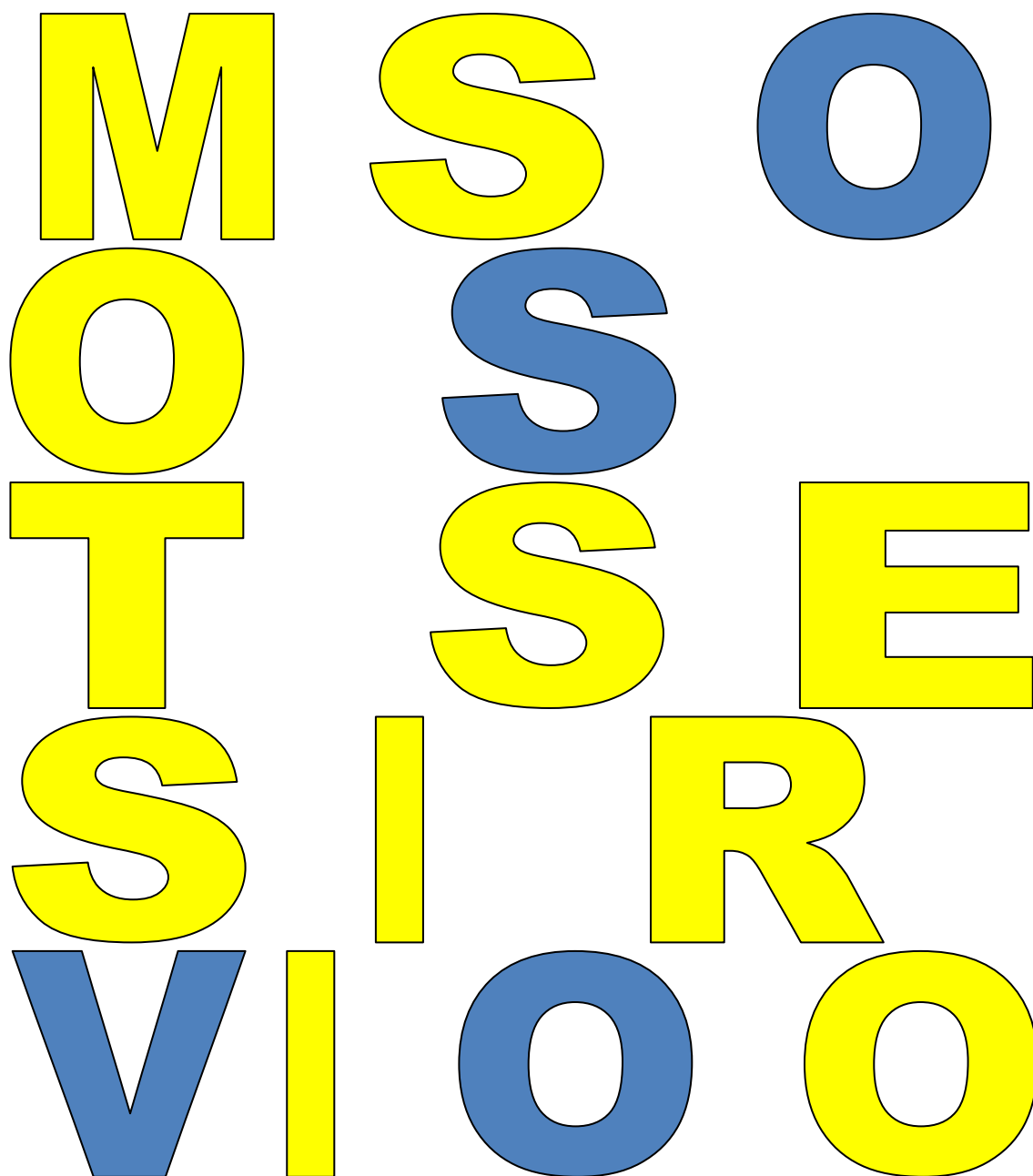
Figura 1 - Materiais que constituem a “Cesta Literária”.



Figura 2 - Materiais a utilizar na exploração da obra.



Figura 3 - Materiais a utilizar na dramatização da obra.

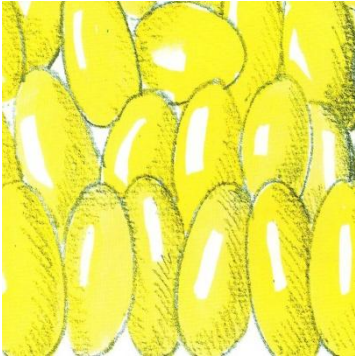


Representação das letras em cartão para a descoberta do título da obra

O V O S

M I S T E R I O S O S

Representação das letras em cartão organizadas para descoberta do título da obra.



Nome: _____

Data: _____

Ficha de Pré-leitura

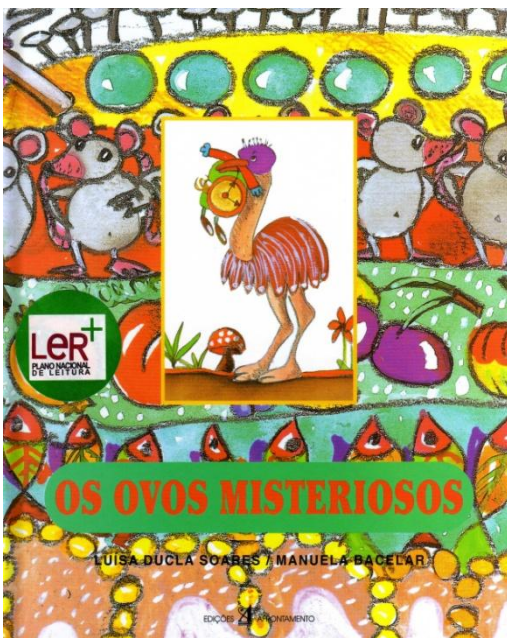
Este é o título da história que vamos ler:

“ _____ ”

Que ovos serão estes?

Porque serão estes “ovos” “misteriosos”?

Esta é a capa do livro que vamos trabalhar. Observa-a com muita atenção e completa:



Título: _____

Autora: _____

Ilustradora: _____

Editora: _____

Gostas da apresentação/ilustração da capa do livro?

Qual é o animal que se encontra no centro da capa?

Achas que a avestruz é a personagem principal?

Observando a capa do livro, quem serão as personagens da história?

Será que estes animais falam?

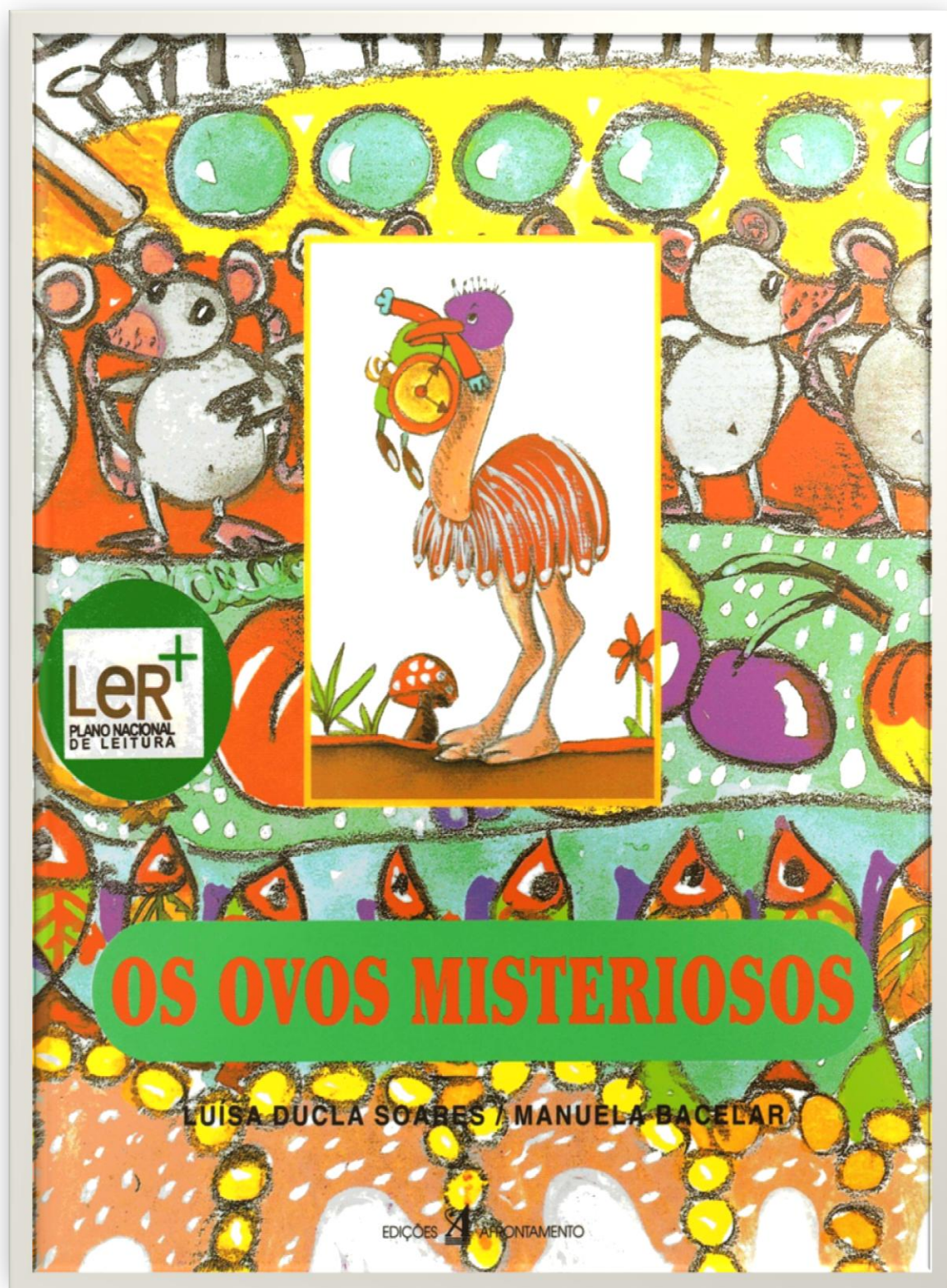


Figura 4 - Capa da obra em estudo

- PARTE I DO TEXTO (páginas 1 a 3):

“Era uma vez uma galinha que todos os dias punha um ovo. E todos os dias vinha a dona, com uma cestinha, tirar-lho.

– Já pus 1000 ovos. Podia ser mãe de mil filhos. Mas não tenho nenhum por causa da gente gulosa - cacarejou manhã a galinha. - Vou fugir.

Se bem o pensou, melhor o fez. Quando a dona entrou na capoeira, como de costume, esgueirou-se pela porta aberta. Só parou na mata.

Logo aí tratou de fazer o seu ninho com folhas secas, palhas, penugem, farrapos de lã. Nunca se vira ninho mais lindo, redondo, confortável. Sentou-se nele e pôs um ovo muito branquinho.

– Vou encher a barriga antes de começar a chocar; que aqui ninguém me traz de comer - resolveu a galinha, afastando-se em busca de almoço.

Demorou-se, porque ali tudo lhe era estranho.

Quando voltou, qual não foi o seu espanto ao ver o ninho cheio de ovos de todos os tamanhos e feitios.”

- PARTE II DO TEXTO (páginas 4 a 10):

“Cocorocó... Que vem a ser isto? - disse ela. - Na minha capoeira tiravam-me os ovos, aqui oferecem-mos. Mas que sorte.

E logo se aninhou.

Daí por diante, a galinha mal saía do choco. Estava preguiçosa, sentia o corpo quente, quente como uma botija.

O tempo foi passando. Quanto, não sabia, porque não aprendera a contar nem se guiava pelo calendário.

Até que... crac! O primeiro ovo estalou e de lá saiu um bicharoco de bico retorcido.

Ai, mas que filho,

Eu até desmaio!

Em vez de ser pinto

É um papagaio

– exclamou a galinha.

No dia seguinte, outro ovo se abriu e de lá saiu, rastejando, uma criatura comprida e sarapintada.

Ai, mas que filho,

Como ele é diferente!

Em vez de ser pinto

É uma serpente

– exclamou a galinha.

Nessa mesma tarde, o maior de todos os ovos partiu-se ao meio. A galinha espreitou, desconfiada. Ao ver o que tinha à sua frente, pôs-se a cacarejar:

Ai, mas que filho,

Este é de truz!

Em vez de ser pinto

É uma avestruz.

Faltavam ainda dois ovos. Que esconderiam lá dentro? A galinha, curiosa, picou um deles. Mas ia caindo para o lado.

Ai, mas que filho!

Deve ser do Nilo!

Em vez de ser pinto

É um crocodilo.

Ainda se não tinha calado quando sentiu um reboiço no último.

Ao ver uma penugem amarela, bateu as asas de contentamento e escancarou o bico:

Ai, mas que filho!

Diz o meu instinto

Que este finalmente

É mesmo um pinto.

– Olhem a minha ninhada! - mostrava ela às galinhas do mato. - É tão variada, é tão engraçada.

– Trata só do teu pinto. Não liguês aos teus bichos - aconselhava a perdiz.”

- PARTE III DO TEXTO (páginas 11 a 23):

*“Mas como podia ela abandoná-los depois de os ter chocado com tanto amor?
Que outra mãe havia tratar deles?*

Era feliz, mas vivia num desassossego.

O papagaio voava para as árvores e ela não sabia voar.

O crocodilo só estava bem dentro de água e ela não sabia nadar.

*A serpente metia-se por todos os buracos e ela era gorda demais para a poder
ir buscar.*

A avestruz, essa, devorava tudo, não havia comida que lhe chegasse.

Só o pinto, naturalmente, se portava como um pinto.

Mas ela de todos gostava. De todos cuidava.

*Coçava a serpente quando ela tinha cócegas, porque à pobrezinha faltavam as
patas.*

Enrouquecia de tanto tagarelar com o papagaio, que queria sempre conversa.

Cansava-se a carregar petiscos para a comilona da avestruz.

Esgravatava o chão em busca de sementes para o pinto.

E nos intervalos lavava as dentuças ao crocodilo.

Tudo parecia correr bem até que apareceu no bosque um rapaz.”

- PARTE IV DO TEXTO (páginas 24 a 31):

“– Ah, que belo frango! - disse ele, ao ver o filó verdadeiro da galinha. - Vou assá-lo para o jantar.

– Cocorocó - refilou a galinha, o que quer dizer na sua língua «Não lhe toques, senão pico-te».

O rapaz riu. Pois, quem tem medo de uma galinha? E apanhou o frango.

Foi então que a serpente, ao ver o que se passava, se pôs a assobiar à sua frente, mostrando os dentes de veneno.

– Ai, uma serpente! - gritou ele e atirou-se ao lago para lhe escapar.

Foi a vez de o crocodilo avançar de boca aberta.

– Ai, que este me come! - gritou novamente o rapaz, subindo para a outra margem, sempre com o frango debaixo do braço.

Aí estava o papagaio, empoleirado numa árvore:

És ladrão, és ladrão,

Vou prender-te na prisão!

És ladrão, és ladrão,

Vou prender-te na prisão!

– Um polícia... - assustou-se o moço. - Deixa-me fugir.

Mas logo atrás de si começou a ouvir uns passos, primeiro distantes, depois cada vez mais próximos. A grande velocidade. Era a avestruz. Apavorado, pensando que um polícia o perseguia, o rapaz largou a ave e só parou, esbaforido, na aldeia.

Às costas da irmã avestruz, o frango voltou para casa.

Para festejar, a galinha juntou todos os filhos e fez-lhes um bolo com vários andares.

Um tinha milho para o frango.

Outro, peixe para o crocodilo.

Outro, fruta para o papagaio.

Outro, ratos para a serpente.

E por cima, a enfeitar, sete berlindes, um martelo e vinte pregos, porque a avestruz só gostava de pitéus extravagantes.

Depois do jantar, os filhos fizeram uma roda à volta da galinha e puseram-se a cantar:

Somos todos irmãos,

Somos todos diferentes:

Há uns que têm bico,

Outros que têm dentes,

Há uns que têm escamas,

Outros que têm asas,

Na terra e na água

Fazemos nossas casas.

Eu só tenho pescoço.

Eu voo pelo ar.

Eu nado a quatro patas.

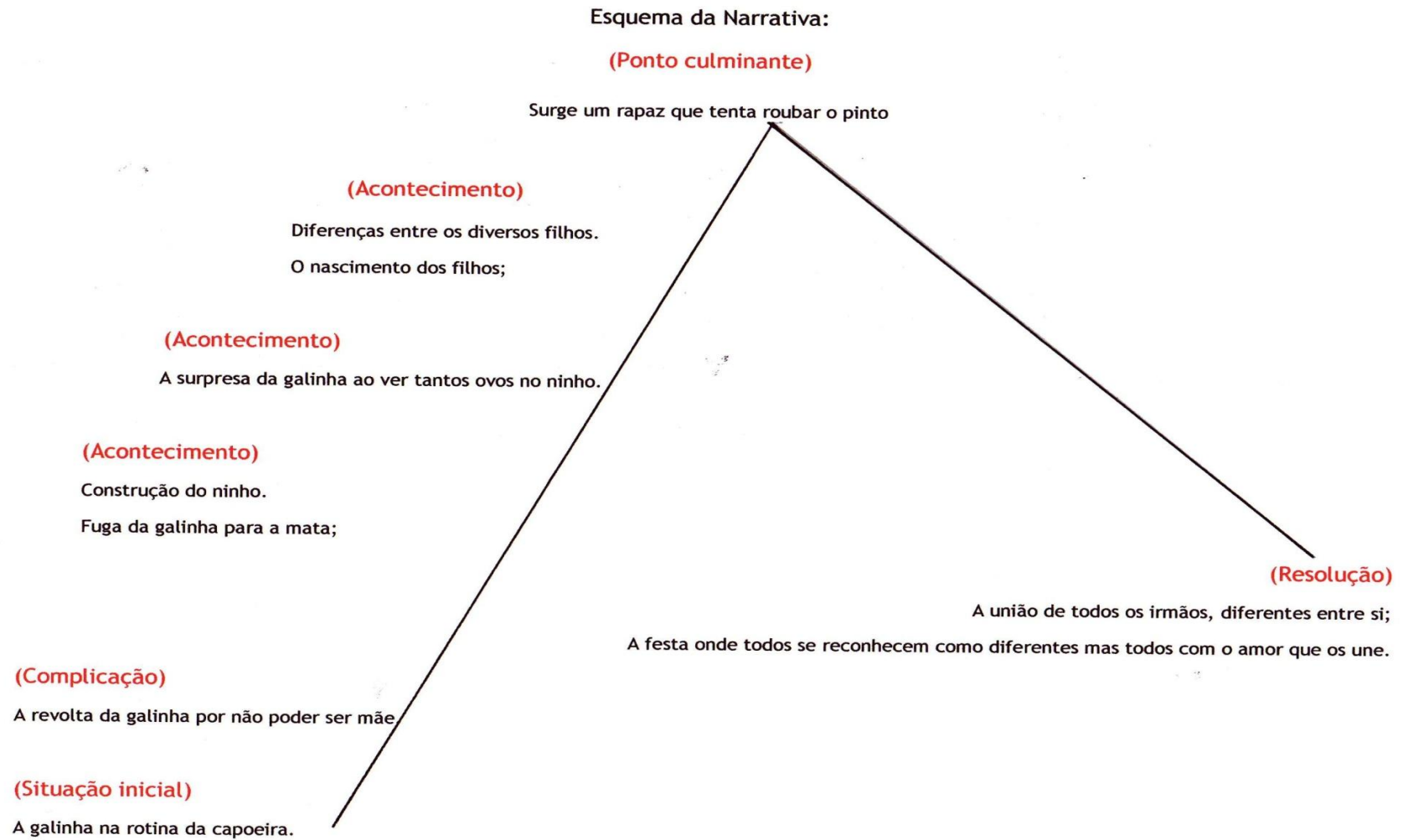
Eu cá gosto de andar.

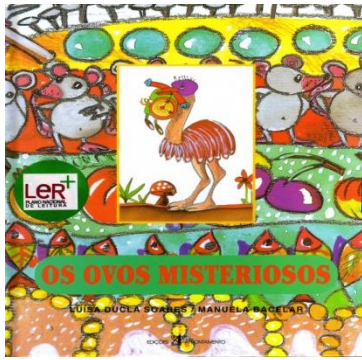
Somos todos diferentes,

Mas todos queremos bem

À boa da galinha

Que é nossa mãe.”





Nome: _____

Data: _____

Ficha de Leitura

Completa o seguinte quadro:

Título: _____
Autora: _____
Ilustradora: _____
Editora: _____
Ano de edição: _____

Quem é a personagem principal?

Identifica as restantes personagens da história.

Liga cada personagem às respectivas acções.

O papagaio	“só estava bem dentro de água.”
O pinto	“ metia-se por todos os buracos.”
O crocodilo	“devorava tudo.”
A serpente	portava-se como um pinto.
A avestruz	procura comida para os filhos.

Numera de 1 a 8 a ordem dos acontecimentos da acção:

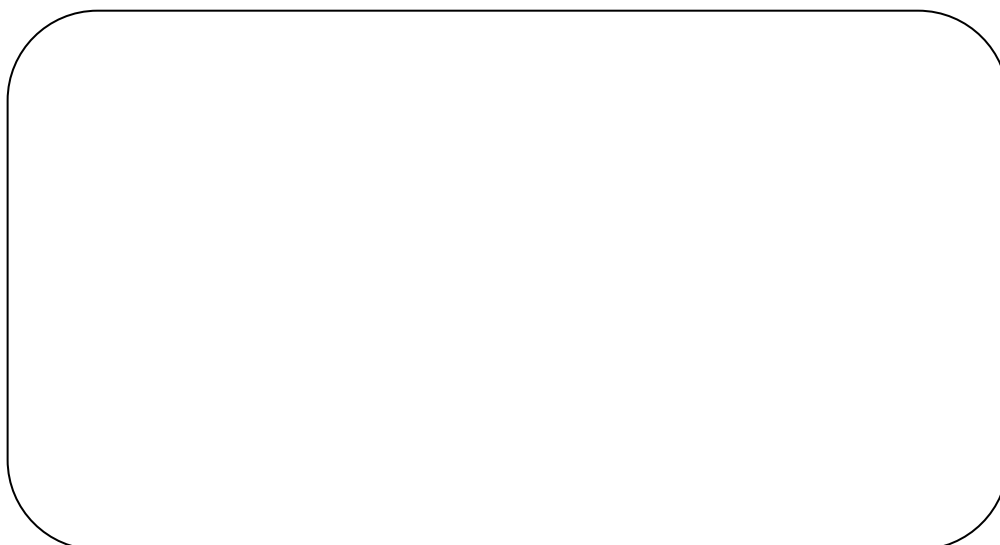
Um rapaz quis assar o frango para o jantar.	
A galinha fez um ninho e nele pôs um ovo muito branquinho.	
Chegada a hora, dos seus ovos saíram animais diferentes uns dos outros.	
Era uma vez uma galinha que todos os dias punha um ovo na capoeira.	
A Galinha sentia-se orgulhosa da sua ninhada.	
Um dia fugiu e só parou na mata.	
No final comeram um grande bolo e cantaram à volta da galinha.	
O frango foi salvo pelos irmãos.	

Preenche o seguinte quadro com as várias cores dos ovos e os respectivos animais.

O primeiro ovo de cor _____ estalou e de lá saiu um _____	No dia seguinte, outro ovo, de cor _____ abriu-se e de lá saiu, rastejando, uma _____	Nessa mesma tarde, o maior de todos os ovos, de cor _____ partiu-se ao meio e de lá saiu uma _____	Do ovo de cor _____ saiu um _____	Finalmente do último ovo, de cor _____ saiu um _____
--	--	---	--------------------------------------	---

Pinta cada um dos rectângulos com as cores respectivas.

Ilustra a acção que mais gostaste.



Nome: _____

Data: _____

Produção de Texto

1. Imagina que fazes uma visita ao sótão da casa da tua avó e encontras vários baús coloridos. Escreve uma história a contar o que encontraste, dá-lhe o título: **Encontros surpreendentes com baús coloridos.**

Para te ajudar a escrever, preencherás os espaços do plano da história que se seguem com os elementos estruturais da narrativa.

Plano da História

Personagens	Onde	Quando

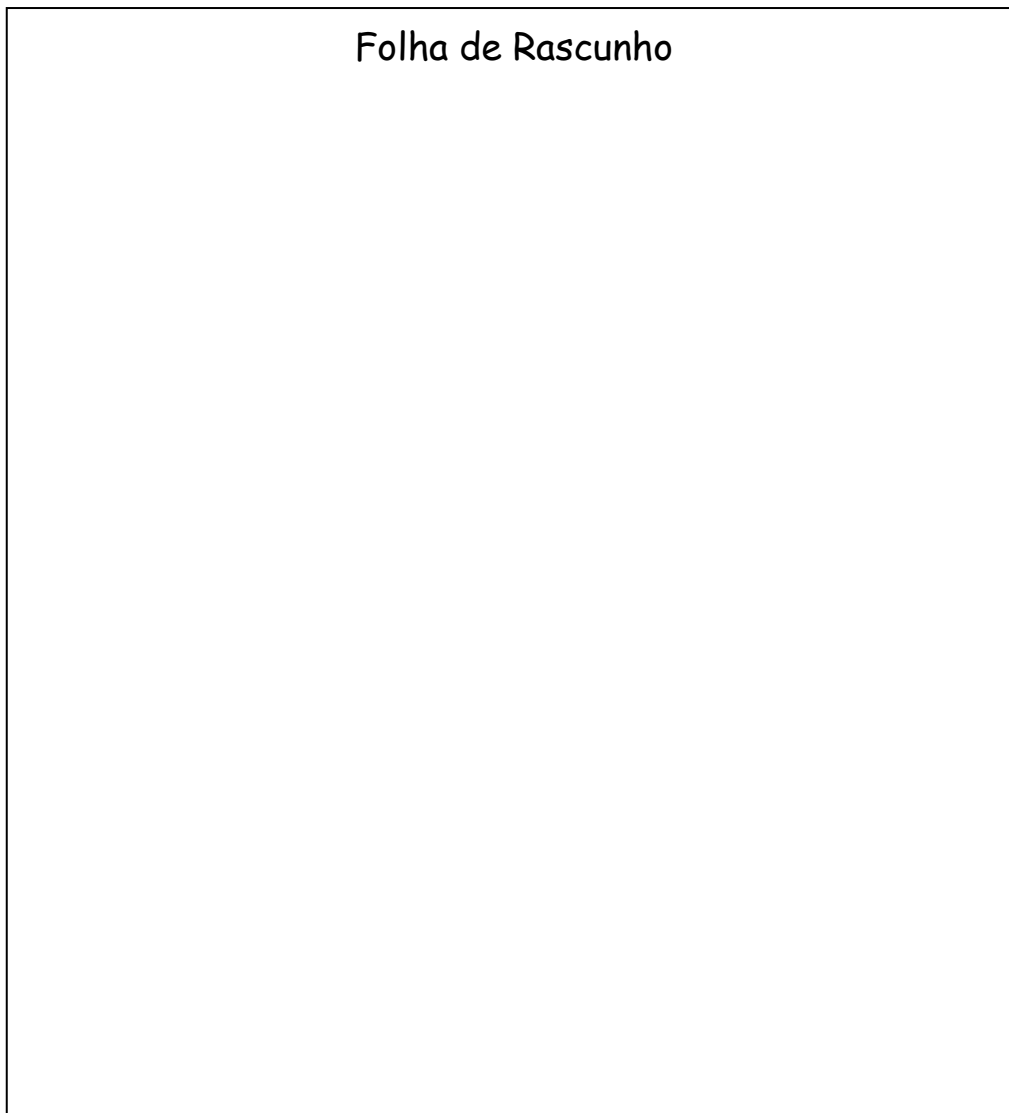
Introdução (início da história)

Desenvolvimento (o que aconteceu)

Conclusão (fim da história)

2. Agora, escreve o teu texto no espaço de rascunho que se segue:

Folha de Rascunho



- O plano da história ajudou-te na construção da mesma? Sim Não
- O texto obedece ao título sugerido?
- Não te esqueceste de mencionar as personagens, o local e o tempo em que decorreu a acção?
- Contaste tudo sobre o que aconteceu na história?
- A tua história tem conclusão?
- Escreveste frases curtas e com sentido?
- Empregaste correctamente os sinais de pontuação?
- Fizeste parágrafos?
- Iniciaste as frases com letra maiúscula?
- Evitaste repetição de palavras e expressões?
- Escreveste com correcção ortográfica?

3. Em seguida, faz as correcções necessárias para melhorares o teu texto, passando-o a limpo para o espaço que se segue.
